



CAPÍTULO 5

QUILOMBOLAS E O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO: DESAFIOS, PROPOSTAS E ESTUDOS

Maria Francisca do Nascimento

UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0003-1760-0339>

Jeferson Luis da Silva Rosa

UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0003-0461-4501>

RESUMO: O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seu item 6.2, que visa alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos até 2030, assume um papel central na luta por justiça social e equidade no Brasil. Este artigo analisa a aplicação desse item nas comunidades quilombolas, reconhecendo suas especificidades territoriais, históricas e culturais. A ausência de políticas públicas eficazes no saneamento básico dessas comunidades reforça desigualdades estruturais herdadas do período colonial e pós-abolicionista. Com base em dados recentes do Censo IBGE 2022, em literatura especializada e entrevistas com lideranças quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, argumenta-se que a efetivação do ODS 6.2 nas comunidades quilombolas exige políticas interseccionais, respeito à autonomia territorial, mecanismos participativos que valorizem o conhecimento tradicional e o uso de indicadores locais para identificação de problemas de saneamento básico e captação de água.

PALAVRAS-CHAVE: ODS 6.2; quilombolas; saneamento básico; justiça ambiental; políticas públicas.

QUILOMBOLAS AND ACCESS TO BASIC SANITATION: CHALLENGES, PROPOSALS, AND STUDIES

ABSTRACT: The Sustainable Development Goal, which aims to achieve access to adequate and equitable sanitation and hygiene for all by 2030, plays a central role in the fight for social justice and equity in Brazil. This article analyzes the application of this prescription in quilombola communities, recognizing their territorial, historical, and cultural specificities. The lack of effective public policies for basic sanitation in these communities reinforces structural inequalities inherited from the colonial and post-abolitionist period. Based on recent data from the 2022 IBGE Census, specialized literature, and interviews with quilombola leaders in the State of Rio de Janeiro, it is argued that the implementation of the Sustainable Development Goal in quilombola communities requires intersectional policies, respect for territorial autonomy, participatory mechanisms that value traditional knowledge, and the use of local indicators to identify basic sanitation and water collection problems.

KEYWORDS: Sustainable Development Goals; quilombola communities; basic sanitation; environmental justice; public policies.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são formadas por descendentes de africanos que resistiram ao sistema escravocrata e se refugiaram em áreas isoladas, onde puderam preservar sua cultura e tradições. No entanto, essas comunidades enfrentam grandes desafios em termos de infraestrutura básica, especialmente no que se refere ao saneamento. Este artigo visa abordar os principais problemas de saneamento básico enfrentados pelas comunidades quilombolas, apresentar exemplos reais dessas dificuldades, e propor um modelo de estudo e análise das condições sanitárias desses locais.

A Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU, 2025) estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas ambiciosas para promover o desenvolvimento humano em equilíbrio com o meio ambiente. O sexto objetivo do DOS é “Água potável e saneamento - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos”. No seu item 6.2 (aqui nomeado de ODS 6.2), no que se refere ao saneamento básico, estabelece que todos devem ter acesso ao saneamento e à higiene adequados e equitativos até 2030, com atenção especial às necessidades de mulheres, meninas e pessoas em situação de vulnerabilidade. No Brasil, a aplicação desse objetivo às comunidades quilombolas revela uma série de desafios históricos, sociais e institucionais que ainda limitam a universalização do saneamento básico.

O saneamento básico é essencial para a saúde e bem-estar de qualquer comunidade. No entanto, muitas comunidades quilombolas no Brasil sofrem com a falta de acesso a serviços básicos de coleta de lixo, tratamento de água e esgoto. Esta situação coloca os habitantes em risco de doenças e limita seu desenvolvimento socioeconômico. Scalize *et al* (2019) realizaram uma busca bibliográfica no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 1998 a 2018 e identificaram 360 artigos relativos a saneamento e comunidades quilombolas. No entanto, apenas 15 artigos abordaram acerca das questões sanitárias nessas comunidades. Os autores verificaram que os problemas enfrentados pela ausência total ou parcial do saneamento básico nas comunidades quilombolas, acarretam problemas de saúde pública, o que deixa essas famílias em situação de vulnerabilidade.

De uma forma geral, quando a questão é o saneamento básico, os principais problemas observados são:

1. Falta de acesso à água potável – Muitas comunidades dependem de fontes naturais, como rios e poços, que podem estar contaminados.
2. Ausência de esgotamento sanitário – O esgoto, muitas vezes, é despejado a céu aberto ou tratado de forma inadequada, gerando riscos à saúde.
3. Coleta inadequada de resíduos – Em diversas localidades, não há coleta regular de lixo, o que pode levar à contaminação do solo e da água.
4. Deficiências na drenagem – O acúmulo de águas pluviais pode causar alagamentos e proliferação de doenças, como a dengue.

A falta de saneamento básico aumenta a incidência de doenças como diarreia, infecções parasitárias e doenças respiratórias, que afetam principalmente crianças e idosos. Além disso, a falta de água potável e de banheiros adequados dificulta a higiene pessoal, afetando a dignidade e bem-estar dos moradores.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no campus da Zona Oeste (UERJ ZO), um grupo de extensão universitária estuda problemas de sustentabilidade em quilombos. O projeto denominado Atitudes Sustentáveis no Quilombo, visa entre uma das suas atividades estudar os problemas relacionados à água nos quilombos (abastecimento e esgoto). Em 2024 foram realizadas entrevistas com lideranças de quatro de diferentes quilombos do Estado do Rio de Janeiro, destacando as dificuldades relacionadas ao acesso à água potável, esgotamento sanitário e poluição ambiental. Uma síntese dos problemas relatados foi elaborada a partir de entrevistas e reuniões comunitárias nos quilombos Maria Romana, Maria Joaquina, Ilha da Marambaia e Feital. Foram analisados os problemas enfrentados por essas comunidades e os dados do censo IBGE 2022 sobre o saneamento básico em comunidades quilombolas e especificamente dados referentes à capitação

de água nessas comunidades no Estado do Rio de Janeiro. Os dados sintetizados nas entrevistas corroboram com os dados do IBGE no que tange a dificuldade de saneamento básico e água potável nas comunidades quilombolas tanto nas localizadas na zona urbana como na zona rural.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O SANEAMENTO BÁSICO

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o Brasil tem 8.441 localidades quilombolas existentes no território brasileiro associadas a 7.666 comunidades quilombolas (uma comunidade quilombola pode ser formada por mais de uma localidade). A população total residente nesses territórios é estimada em cerca de aproximadamente 1,33 milhão de pessoas, distribuídas em quase 1.700 municípios, representando um contingente significativo de brasileiros em situação de vulnerabilidade estrutural.

Entretanto, o número de comunidades quilombolas no Brasil varia conforme a fonte utilizada. O censo 2022, indica que o país possui 7.666 comunidades quilombolas, distribuídas em diferentes estados da federação (IBGE-a, 2022). Já a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) trabalha com estimativas menores, afirmando que existem cerca de 6.330 comunidades quilombolas em todo o território nacional (ALMA PRETA, 2021). Outras entidades de apoio aos direitos humanos também reforçam essa perspectiva, como o Fundo Brasil, que destaca a atuação da CONAQ e menciona a existência de mais de 6.000 comunidades (FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, 2022). Dessa forma, percebe-se que o número de comunidades quilombolas varia entre as estatísticas oficiais e as estimativas de movimentos sociais, refletindo diferentes metodologias de contagem e reconhecimento.

Para o presente trabalho, no entanto, serão apresentados apenas os dados do censo 2022. Para o IBGE (IBGE-a, 2022), o que define um quilombo para o Censo é:

"As localidades quilombolas são definidas por lugares do território nacional onde existe um aglomerado permanente de habitantes quilombolas. Para serem consideradas localidades, esses lugares precisam estar relacionados a uma comunidade quilombola e contarem com, no mínimo, 15 pessoas declaradas quilombolas, cujos domicílios estão a, no máximo, 200 metros de distância uns dos outros".

Quanto ao número de localidades quilombolas registrados no censo 2022, Britto (2024) destaca que:

- As 8.441 localidades quilombolas existentes no território brasileiro, estão associadas a 7.666 comunidades quilombolas declarados pelos informantes.

- A Região Nordeste conta com 5.386 localidades quilombolas, 63,81% do total, seguida pelo Sudeste, com 1.245 localidades (14,75%), e Norte com 1.228 (14,55%).
- Maranhão é o estado com maior quantitativo de localidades quilombolas, com 2.025 (23,99%). Em seguida estão a Bahia, com 1.814 localidades, e Minas Gerais com 979 localidades, correspondendo, respectivamente, a 21,49% e 11,60% do total.
- O município com maior quantitativo foi Alcântara (MA), com 122 localidades, seguido por Itapecuru Mirim (MA), com 121, e Januária (MG), com 101.

Sobre o reconhecimento oficial das comunidades quilombolas, os dados oficiais da Fundação Cultural Palmares (2024) indicam que já foram emitidas 3.103 certidões, beneficiando um total de 3.854 comunidades. O Nordeste é a região onde residem 68,19% dos quilombolas certificados do país. A Bahia concentra 29,90% e o Maranhão 20,26% desta população. Juntos, os dois estados abrigam 50,16% da população quilombola (certificada) do país.

Segundo Loschi (2025), os seguintes dados do censo 2022 sobre saneamento das comunidades quilombolas são destacados:

- Do total da população quilombola (1.330.186 pessoas), 38,29% vivem em áreas urbanas e 61,7% em áreas rurais. Nos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, 12,63% dos moradores vivem em situação urbana e 87,37% em situação rural.
- Nos Territórios, a precariedade no saneamento básico atinge 63,74% dos moradores quilombolas em áreas urbanas e 93,82% em áreas rurais. Para a população quilombola total, esses percentuais foram de 53,61% entre moradores de áreas urbanas, chegando a 94,62% dos moradores em situação rural.
- Nos Territórios Quilombolas, o acesso a água em condições de maior precariedade chega a 11,3% nas áreas urbanas e a 41,6% nas áreas rurais.
- As menores proporções de moradores quilombolas com banheiro de uso exclusivo no domicílio estão entre moradores quilombolas nas áreas rurais (74,61%) e nos territórios em situação rural (72,34%).
- A maior situação de precariedade ou ausência de esgotamento encontrava-se entre os moradores quilombolas de áreas rurais, com 83,37%.
- Entre quilombolas dentro de Territórios em situação urbana, a proporção de pessoas sem acesso a coleta direta ou indireta de lixo (14,36%) chega a ser dez vezes superior à da população residente em situação urbana (1,43%).

Ainda segundo IBGE (IBGE-a 2022), considerando-se as limitações das pesquisas domiciliares, não são levantados no questionário censitário aspectos relacionados a: potabilidade da água que chega aos domicílios; ocorrência de intermitências e racionamentos; existência de tratamento de esgotos; qualidade sanitária das fossas sépticas; e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

A infraestrutura limitada é um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas. Como observado pelo censo 2022, muitas dessas áreas estão localizadas em regiões rurais e de difícil acesso, o que torna a instalação de sistemas de saneamento desafiadora e custosa. A ausência de planejamento urbano adequado agrava ainda mais essa situação.

Araújo *et al* (2019) estudando a questão do saneamento básico nas comunidades ribeirinhas e quilombolas da Amazônia Legal percebeu as dificuldades quanto à implantação e implementação das políticas sobre o saneamento básico na região da Amazônia Legal e a necessidade de implementação de um projeto de educação sanitária, visando à aplicação de métodos viáveis de prevenção de saúde pois elas implicam diretamente sobre a saúde de populações tradicionais residentes na região.

Em algumas regiões do Maranhão, comunidades quilombolas como a de Alcântara enfrentam graves problemas de saneamento. A falta de acesso à água potável e a ausência de sistemas de tratamento de esgoto são exemplos das condições precárias em que vivem essas populações (Firpo, 2018). Outro exemplo é o Quilombo Mesquita, próximo da capital do Brasil, a cerca de 50 km, é “marcado pela luta contra a desapropriação de terras, degradação do bioma, urbanização, discriminação e disparidades socioeconômicas, enfrenta más condições de vida e saneamento, e maus resultados para a saúde” (Andrade *et al*, 2022).

Com relação a dados sobre saneamento nos estados brasileiros o censo IBGE 2022 apresenta duas tabelas complementares (IBGE-b, 2022) com pesquisas sobre a existência de canalização de água no domicílio e a existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio. Neste texto será abordado apenas os dados referentes ao estado do Rio de Janeiro.

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Para o Estado do Rio de Janeiro, a população quilombola registrada pelo censo IBGE 2022 é de 20.431 habitantes, sendo que 14.853 (73%) vivem na zona urbana e 5.578 (27%) vivem na zona rural.

Analizando os dados apresentados nas tabelas complementares, com relação à existência de canalização de água no domicílio, o censo 2022 registrou que 95% das comunidades quilombolas da zona urbana tem canalização interna, 4% têm apenas no terreno e 1% não tem canalização. Na zona rural, 90% têm canalização interna, 8% têm apenas no terreno e 2% não tem canalização.

Com relação a existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio, o censo 2022 registrou que 63% das comunidades quilombolas da zona urbana tem ligação com a rede de distribuição e utiliza como forma principal, 6% têm ligação, mas utiliza principalmente outra fonte e 31% não tem ligação com a rede de distribuição. Na zona rural, 8% têm ligação com a rede de distribuição e utiliza como forma principal, 10% têm ligação, mas utiliza principalmente outra fonte e 81% não tem ligação com a rede de distribuição.

Quadro 1 - Moradores quilombolas, por existência de canalização no domicílio, localização e por existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio e situação do domicílio (dados do Estado do Rio de Janeiro)

Total do Estado	Urbana			Rural		
	Total	Existência de canalização de água no domicílio		Total	Existência de canalização de água no domicílio	
		Canalização interna	Canalização apenas no terreno		Canalização interna	Canalização apenas no terreno
20.431	14.853	14.171	528	154	5.578	5.016
Porcentagem		73%	95%	4%	1%	27%
Total do Estado	Urbana			Rural		
	Total	Existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio		Total	Existência de ligação com a rede geral de distribuição de água no domicílio	
		Sim, e a utiliza como forma principal	Sim, mas utiliza principalmente outra forma		Sim, e a utiliza como forma principal	Sim, mas utiliza principalmente outra forma
20.431	14.853	9.364	941	4.548	5.578	458
Porcentagem		73%	63%	6%	31%	27%

Fonte: Adaptado de IBGE-b (2022).

REALIDADE DOS QUILOMBOS DA MARAMBAIA, MARIA ROMANA, MARIA JOAQUINA E NO RIO DE JANEIRO

Com o intuito de conhecer a realidade alguns quilombos do Estado do Rio de Janeiro, o projeto de extensão Atividades Sustentáveis no Quilombo realizou, ao longo do ano de 2024, visitas e entrevistas com lideranças de algumas comunidades quilombolas, são elas: Quilombo da Marambaia, Maria Romana, Maria Joaquina e Feital. Entre as questões abordadas na entrevista estava a questão da água e do saneamento básico. Percebeu-se que as informações colhidas nestas entrevistas estão em acordo com os resultados obtidos pelo censo 2022. Falta de canalização ou canalização precária é uma das queixas informadas pelas lideranças quilombolas ouvidas nas entrevistas.

Como informações gerais dos quilombos cita-se:

Quilombo da Marambaia

- | Localização: Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba (RJ), região da Costa Verde.
- | Contexto: Comunidade formada por descendentes de escravizados que permaneceram na ilha após o fim do tráfico negreiro.
- | Situação atual: O território é compartilhado com a Marinha do Brasil, que mantém uma base militar na ilha. Isso gera conflitos territoriais com os quilombolas.

Quilombo Maria Romana

- | Localização: Município de Araruama (RJ), Região dos Lagos.
- | Contexto: Área quilombola reconhecida pela Fundação Palmares, localizada em zona rural próxima a antigas plantações de cana-de-açúcar.
- | Situação atual: A comunidade enfrenta problemas com água e saneamento, além de pressões de empresas ligadas ao agronegócio.

Quilombo Maria Joaquina

- | Localização: Entre os municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia (RJ), Região dos Lagos.
- | Contexto: Reconhecido como território quilombola tradicional, ligado a famílias remanescentes de trabalhadores da cana-de-açúcar.
- | Situação atual: Comunidade marcada por conflitos fundiários e pressões da especulação imobiliária e turística, comuns na Região dos Lagos.

Quilombo do Feital

- | **Localização:** Município de Magé
- | **Contexto:** era uma porta de entrada ilegal de escravos no Rio de Janeiro e um local de resistência. Funcionava como porto de embarque e desembarque de escravos após a proibição do tráfico negreiro a partir de 1831. Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 08 de novembro de 2018.
- | **Situação atual:** Atualmente, a comunidade enfrenta diversos desafios: Mobilidade (há uma única creche que obriga as crianças a se deslocarem até outras áreas para avançar nas etapas escolares); Aumento da criminalidade na região e baixa quantidade de peixes que tem forçado os/as moradores/as a trabalhar na cidade do Rio de Janeiro. (Lourenço, 2023)

Das comunidades entrevistadas, apenas três constam nos dados do censo 2022 (IBGE-a 2022). São elas: Quilombo da Marambaia, Quilombo Maria Romana e Quilombo Maria Joaquina. Não foram encontradas no relatório informações sobre o Quilombo do Feital. O censo 2022 informou que foram coletadas informações de 93,2% das localidades quilombolas compreendendo que o universo das localidades é superior ao conjunto dos territórios delimitados na sua pesquisa e provavelmente o quilombo do Feital não foi incluído na pesquisa.

A título de informação apresenta-se aqui os dados populacionais dos quilombos visitados pela equipe do projeto e que são citados no censo 2022.

Segundo o censo 2022, no Quilombo da Marambaia foi declarada uma população residente com um total de 254 habitantes, sendo que 250 se declararam quilombolas. No Quilombo Maria Romana foi declarada uma população residente com um total de 83 habitantes, sendo que todos se declararam quilombolas. Já no Quilombo Maria Joaquina foi declarada uma população residente com um total de 273 habitantes, sendo que 173 se declararam quilombolas. Os valores são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Pessoas residentes em Território Quilombola

Quilombos	Total		Quilombola	
	Total	situação do domicílio	Total	situação do domicílio
	urbana	rural	urbana	rural
Marambaia	254	6	248	250
Maria Romana	83	0	83	83
Maria Joaquina	273	273	0	173

Fonte: os autores a partir dos dados do censo 2022

Os relatos ouvidos apontam uma série de dificuldades relacionadas ao saneamento básico, que se manifestam de formas distintas em cada comunidade, mas com pontos em comum: falta de acesso regular à água potável, ausência de esgotamento sanitário adequado, poluição das fontes hídricas e impactos diretos na saúde e na qualidade de vida.

No caso do Quilombo Maria Romana e Quilombo Maria Joaquina, o abastecimento de água depende de poços artesianos que já secaram, obrigando muitas famílias a comprarem água ou depender de concessionárias privadas como a Prolagos, que cobram tarifas mesmo sem fornecimento constante. O esgotamento sanitário é precário, com fossas rudimentares que não garantem segurança sanitária. A contaminação das águas é atribuída principalmente às indústrias de cana-de-açúcar, como a Usina Agrisa, que poluem nascentes e rios. Essa situação compromete o uso doméstico e inviabiliza a produção agrícola das hortas comunitárias.

No Quilombo da Ilha da Marambaia, o abastecimento ainda se dá por meio de nascentes e cachoeiras, canalizadas por mangueiras até caixas d'água familiares. Apesar disso, a infraestrutura é custeada pela própria comunidade, que gasta valores significativos para garantir o mínimo de armazenamento e distribuição de água. O esgoto é destinado a sumidouros, mas, em áreas próximas ao mar, há risco de infiltração e contaminação do lençol freático. Algumas fontes tradicionais foram perdidas, tanto pelo avanço do mar quanto pela poluição, o que aumenta a preocupação com a sustentabilidade desse modelo no futuro.

Já no Quilombo do Feital, a água historicamente era obtida da Baía de Guanabara, das praias e dos manguezais. Hoje, esses recursos encontram-se em grande parte impróprios para uso, devido à intensa poluição da baía. A ausência de rede pública de esgoto agrava o problema, pois parte dos dejetos é lançada diretamente nos manguezais. Os moradores relatam que a poluição industrial e urbana provocou a redução drástica da fauna aquática, como caranguejos e peixes, e associam essa degradação à negligência do poder público, caracterizando a situação como racismo ambiental.

Em síntese, os relatos evidenciam que a precariedade no saneamento básico nos quilombos vai muito além da infraestrutura física: ela envolve também desigualdades sociais, pressões econômicas de concessionárias privadas, impactos ambientais de atividades industriais e agrícolas e a invisibilidade das comunidades perante o Estado. O quadro 3 apresenta uma síntese dos relatos de cada comunidade.

Quadro 3 – síntese dos problemas relatados pelos representantes dos Quilombos entrevistados

Quilombo	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Problemas de contaminação / poluição	Impactos relatados
Quilombo Maria Romana e Quilombo Maria Joaquina	Uso de poços artesianos; muitos secaram; alguns moradores precisam comprar água. Antigamente havia poço coletivo. Concessionária (Prolagos) fornece água paga, mas muitos estão endividados.	Muitas casas não têm fossas adequadas. Onde há, são rudimentares.	Água antes era de boa qualidade, mas hoje está contaminada, sobretudo por indústrias de cana-de-açúcar (Usina Agrisa) que poluem nascentes e rios.	Falta de água até para beber e tomar banho; famílias abandonaram hortas. Conflito entre dependência da indústria poluidora e necessidade de renda.
Quilombo da Ilha da Marambaia	Água vem de nascentes e cachoeiras, canalizada por mangueiras até caixas d'água. Cada praia da ilha tem uma fonte.	Esgoto feito em sumidouros; em áreas próximas à praia, dejetos infiltram no solo e chegam ao lençol freático e ao mar.	Algumas fontes tradicionais foram perdidas por contaminação e avanço do mar. Risco de poluição das águas por falta de tratamento.	Comunidade gasta em infraestrutura própria (R\$ 800–1.000 por família em caixa d'água e encanamento). Problemas de saúde e degradação ambiental relatados.

Quilombo	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Problemas de contaminação / poluição	Impactos relatados
Quilombo do Feital	Água historicamente usada da Baía de Guanabara, praias e manguezais; hoje em parte imprópria, mas comunidade ainda utiliza.	Não há rede de esgoto estruturada. Parte do esgoto chega aos manguezais e praias.	Forte impacto da poluição da Baía de Guanabara e do manguezal: diminuição de caranguejos, peixes e qualidade da água.	Relatos de racismo ambiental: território sofre mais com poluição industrial e falta de políticas públicas. Água poluída compromete alimentação, pesca e saúde.

Fonte: os autores

A análise dos relatos evidencia que os quilombos enfrentam graves limitações estruturais em relação ao saneamento básico, agravadas por processos históricos de exclusão e pela falta de políticas públicas específicas. Apesar das diferenças locais, há elementos em comum:

- Acesso precário à água (escassez em alguns territórios, poluição em outros);
- Esgotamento sanitário inadequado (fossas rudimentares ou inexistentes, lançamentos em áreas naturais);
- Poluição de fontes hídricas provocada por indústrias, monocultivos e ausência de fiscalização;
- Impactos sociais e de saúde (doenças, endividamento, abandono de práticas agrícolas e pesqueiras).

Esses aspectos reforçam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas ao saneamento básico em comunidades quilombolas, que respeitem suas especificidades culturais, reconheçam seus saberes tradicionais e garantam efetivamente o direito humano à água e ao saneamento.

ODS 6.2: ENTRE A UNIVERSALIZAÇÃO E A EQUIDADE

Percebe-se que, o ODS 6.2, objetiva o acesso equitativo ao saneamento básico e não se limita à provisão de infraestrutura. A realização desse objetivo, exige o enfrentamento de desigualdades históricas e territoriais. Aplicado às comunidades quilombolas, o objetivo deve considerar:

- A adequação cultural das soluções de saneamento;
- A participação comunitária no planejamento e execução dos projetos;
- A autonomia territorial como fator de sustentabilidade das intervenções.

Essas práticas tendem a reafirmar os quilombolas como “coletividades verdes”, ou seja, grupos sociais que mantêm uma relação ecológica com a natureza e resistem às imposições de modelos desenvolvimentistas, propondo alternativas de convivência e uso sustentável dos recursos (PENNA-FIRME e BRONDÍZIO, 2017).

Estudos sobre indicadores locais de sustentabilidade em comunidades tradicionais, como os realizados na Bocaina com quilombolas e caíçaras, demonstram a importância de integrar práticas culturais e saberes tradicionais às políticas públicas de desenvolvimento. Neste estudo, a metodologia foi: fazer a adequação das metas nacionais ao território da Bocaina; fazer uma pesquisa qualitativa junto à comunidade quilombola; realizar levantamento de dados secundários (dados públicos em bases municipais, estaduais, federais, de companhias prestadoras de serviços (de água e energia elétrica), de órgãos gestores de unidades de conservação e de organizações da sociedade civil, contendo registros regulares) e por fim, uma proposta de indicadores locais. (VAITSMAN *et al*, 2023).

POLÍTICAS PÚBLICAS, DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E INDICADORES LOCAIS

Apesar de programas como o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e o Programa Nacional de Saneamento Rural, os mecanismos de acesso por parte das comunidades quilombolas são limitados. Faltam diagnósticos específicos, recursos descentralizados e estratégias interministeriais que combinem saúde, infraestrutura, meio ambiente e direitos humanos.

O próprio censo 2022 reconheceu as limitações das pesquisas domiciliares, dizendo que nem todos os aspectos presentes na classificação do Plansab podem ser alvo de investigação no questionário censitário.

Além disso, a titulação fundiária, ainda incompleta na grande maioria das comunidades quilombolas (3.854 certificadas de 7.666 comunidades registradas), dificulta o acesso a políticas públicas, já que muitos programas exigem documentação formal de propriedade ou posse coletiva. Para que o ODS 6.2 se traduza em avanços reais para as comunidades quilombolas, é necessário:

- Reconhecer o racismo ambiental como componente estrutural das desigualdades de acesso;
- Fomentar tecnologias sociais apropriadas, como fossas sépticas ecológicas e sistemas de captação de água da chuva;
- Criar mecanismos de governança participativa, com presença quilombola nos conselhos locais de saneamento;
- Investir em formação técnica e liderança local;

- Valorizar indicadores de sustentabilidade locais, como os propostos em VAITSMAN *et al* (2023).

Na visão dos autores desse presente trabalho, tendo em vista as informações colhidas nas entrevistas e a dificuldade do censo em realizar os aspectos presentes na classificação do Plansab, os indicadores locais são o caminho para valorizar cada quilombo com suas especificidades e problemas. Conhecendo cada realidade, as três esferas do poder poderiam adequar seus investimentos para a infraestrutura dessas comunidades.

Para a análise indicadores de sustentabilidade, na visão proposta nesse artigo, o estudo deve ser realizado nas seguintes etapas:

- Levantamento e Diagnóstico: Realizar visitas de campo para coletar dados sobre a infraestrutura existente e as condições sanitárias das comunidades;
- Entrevistas e Questionários: Aplicar questionários e entrevistas com os moradores para entender suas necessidades e percepções;
- Análise de Dados: Analisar os dados coletados para identificar padrões e áreas críticas que necessitam de intervenção;
- Proposição de Soluções: Desenvolver propostas de soluções baseadas nas evidências coletadas e nas melhores práticas de saneamento;
- Implementação e Monitoramento: Implementar as soluções propostas e monitorar os resultados para garantir a eficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O saneamento básico é um direito fundamental que deve ser garantido a todas as comunidades, inclusive as comunidades quilombolas. Através de estudos e análises detalhadas, é possível identificar os principais problemas enfrentados e desenvolver soluções práticas e sustentáveis que possam melhorar significativamente a qualidade de vida desses habitantes. É imperativo que o governo e as organizações não governamentais trabalhem em conjunto com as comunidades quilombolas para garantir que essas soluções sejam implementadas de forma eficaz e contínua.

A aplicação do ODS 6.2, nas comunidades quilombolas do Brasil, não pode ser meramente técnica ou instrumental. Ela exige um compromisso ético com a justiça social, a reparação histórica e a valorização dos saberes ancestrais afro-brasileiros. O saneamento básico, nesse contexto, é uma porta de entrada para a cidadania plena, a saúde coletiva e a dignidade humana. A resiliência e a agência das “coletividades verdes” quilombolas devem ser vistas como aliadas centrais na construção de um futuro verdadeiramente sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMA PRETA. *Fundação Cultural Palmares certificou apenas cinco quilombos em 2020*. Alma Preta Jornalismo, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/fundacao-cultural-palmares-certificou-apenas-cinco-quilombos-em-2020/>. Acesso em: 2 out. 2025.

ANDRADE, A. M.; FARIA, D. C. M. L.; FRANCA, F. M. S.; RIBEIRO, F. R.; OLIVEIRA, M. F. B; MATOS, M. A. *Caracterização da saúde e saneamento de uma comunidade quilombola no entorno da capital do brasil: um scoping review*. Revista Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 501-517, jun. 2022. Em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E233>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRITTO, V. Censo 2022: Brasil possui 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão. *Agência de Notícias — IBGE*, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao>. Acesso em: 02 out. 2025.

FIRPO, M. 2018, M.A. *Comunidade Quilombola de Alcântara continua luta contra o Centro de Lançamento e pelo seu direito de ficar na terra*. Em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contra-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra/>. Acesso em: 15 mar. 2025

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Ministério da Cultura e Palmares celebram novas certificações a comunidades quilombolas*. Brasília: Fundação Palmares, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-cultura-e-palmares-celebram-novas-certificacoes-a-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 2 jun. 2025.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. *Partnership of the Brazil Human Rights Fund and CONAQ*. São Paulo: Fundo Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/en/our-work/supporting-civil-society/conaq-quilombos/partnership-of-the-brazil-human-rights-fund-and-conaq/>. Acesso em: 2 set. 2025.

IBGE-a – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: quilombolas – pessoas e domicílios, por situação urbana ou rural*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3112/cd_2022_quilombolas_domicilios_urbana_rural.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

IBGE-b – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico - Tabelas complementares sobre distribuição e captação e água em comunidades quilombolas*. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=43246&t=resultados>. Acesso em: 25 set. 2025

LOSCHI, M. Censo 2022: 94,6% dos quilombolas em áreas rurais convivem com precariedades no saneamento básico. Agência de Notícias — IBGE, 09 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43313-censo-2022-94-6-dos-quilombolas-em-areas-rurais-convivem-com-precariedades-no-saneamento-basico>. Acesso em: 20 set. 2025.

LOURENÇO, V. *Feital- RJ. Verbete*, 2023. Disponível em: <https://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/rj/feital/1151/>. Acesso em

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NACÕES UNIDAS. *ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: Água potável e saneamento*. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em: 24 fev. 2025

PENNA-FIRME, R.; BRONDÍZIO, E.S. *Quilombolas como “coletividades verdes”: contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica, Brasil. Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 141–162, abr.-jun. 2017. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC270R2V2022017>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SCALIZE, P. S.; SOUSA, G. R. DE; BEZERRA, R. A. Saneamento ambiental em comunidades quilombolas: um estudo de revisão. In: 30º Congresso ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2019, Natal, RN. Em <https://saneamentobasico.com.br/wp-content/uploads/2020/03/XII-047.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

VAITSMAN, J.; DUARTE, N.S.; LOBATO, L.V; PAES-SOUZA, R. *Práticas tradicionais e desenvolvimento sustentável: indicadores locais de sustentabilidade entre caiçaras e quilombolas da Bocaina. Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v.26, e0209, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210169r1vu2023L1AO>. Acesso em: 20 abr. 2025.